

Universo local reproduz vícios e mazelas políticas

População comprova envolvimento de alguns de seus políticos com a corrupção

A pesar de emancipada politicamente só após a promulgação da Constituição, em 1988, a capital do País já carrega os vícios e mazelas políticas de outros Estados. A exemplo de outros lugares, a população brasiliense comprova o envolvimento de alguns de seus políticos com a corrupção, os escândalos e a prática do assistencialismo eleitoral, que a história sempre registrou nas relações de subserviência entre os "comandados" e os "coronéis" do Norte e do Nordeste.

O acadêmico Cristovam Buarque – professor da Universidade de Brasília (UNB) –, que governou a capital do País entre 1994 e 1998, avalia que, apesar dessa realidade, a emancipação política do Distrito Federal foi um "marco positivo". Ele reconhece, no entanto, que o perfil do político de Brasília não difere do ostentado pela maioria dos parlamentares das demais regiões: "Seria muita pretensão querer que fosse diferente."

A prática do "é dando que se recebe" foi notória na campanha do político carioca Múcio Athayde, na década de 90, que pretendia ser governador do Distrito Federal. Athayde distribuía leite e pão às populações carentes, a exemplo do que ainda hoje faz o atual governador Joaquim Roriz nas cidades-satélites do DF. Conhecido como "homem do chapéu", o candidato acabou tendo os direitos políticos cassados por abuso de poder econômico pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

O hoje senador Luiz Estevão (PMDB-DF) adotou procedimentos semelhantes aos do "homem do chapéu", durante campanha para deputado distrital. Ainda na década de 90, Estevão – que é dono de um pool de empresas no Distrito Federal – passou distribuir sopa e leite de soja para famílias carentes da periferia de Brasília.

CONQUISTA DA EMANCIPAÇÃO FOI POSITIVA

A distribuição dava-se por meio de uma fundação que leva o nome do empresário. Luiz Estevão elegeu-se deputado distrital nas eleições de 1994, a primeira após Brasília ganhar autonomia política. Em 1998, elegeu-se senador e já está ameaçado de ter o mandato cassado, acusado pela CPI do Judiciário de malversação do dinheiro público.

Mas há frutos considerados positivos no cenário local. Como a projeção política do próprio Cristovam Buarque (PT-

DISTRITO FEDERAL

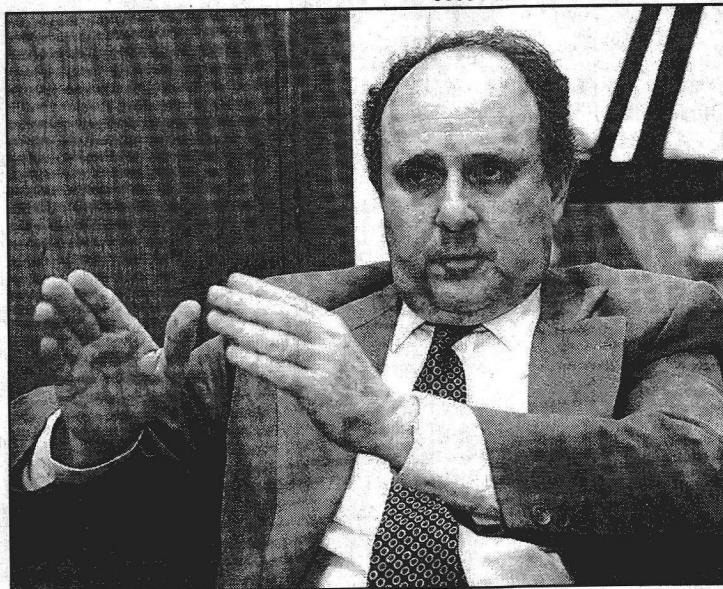
- População: 1,970 milhão de habitantes*
- PIB per capita: R\$ 11,6 mil por habitante**
- Desempregados: 180 mil***
- Representação do setor terciário no PIB: 92,37%
- Índice de mortalidade: 16,5 para cada mil crianças nascidas vivas

*Em Brasília e nas cidades-satélites

**O valor é superior ao PIB per capita nacional, de R\$ 5,9 mil

***20% da população economicamente ativa

Jose Paulo Lacerda/AE-21/10/99



Cristovam: "Seria esquisito a capital do País não ter autonomia"

DF), que teve alguns de seus programas adotados nacionalmente – caso do Bolsa-Escola, que garantia um salário mínimo às famílias que mantivessem os filhos na escola.

O programa, apesar de premiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (Unicef), foi extinto pelo atual governador do DF, Joaquim Roriz (PMDB), que ocupa o Palácio Buriti pela terceira vez. Roriz foi governador biônico, indicado pelo ex-presidente José Sarney, uma vez e eleito duas vezes por voto popular. O governador está atualmente em seu terceiro mandato.

Cristovam destaca, entre as

vantagens da emancipação, o fato de o brasiliense passar a escolher, por voto direto, o governador e os deputados distritais. "Seria muito esquisito a capital do País não ter autonomia", avalia. Mas, segundo ele, a maturidade do Distrito Federal ainda está distante. Uma das razões para isso seria a falta de autonomia financeira para cobrir despesas, ainda pagas pela União.

Investimentos – No aspecto financeiro, o ex-governador avalia que o Distrito Federal sai prejudicado porque, mesmo sem autonomia de recursos, torna-se obrigado constitucionalmente a fazer investimentos altos para manter serviços de qualidade por ser capital do País.

"Se Brasília não fosse a capital, não seria preciso gastar tanto dinheiro com segurança ou com a imagem – por exemplo, a manutenção de jardins –; são idealizadas soluções caríssimas para garantir o patrimônio histórico", diz Cristovam.

Para ele, essa dependência financeira é uma "contradição": o Distrito Federal depende de verbas federais a serem aplicadas, muitas vezes, por um governador que não é do mesmo partido do presidente, o que acaba criando conflitos. Para resolver esse impasse, Cristovam defende a criação de dispositivos constitucionais que obriguem o governo federal a pagar pelos serviços recebidos do Distrito Federal.